

Acórdão: 24.849/24/3ª Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.003402745-71  
Impugnação: 40.010156978-01  
Impugnante: JP Comércio e Manutenção Ltda  
IE: 002674770.00-15  
Proc. S. Passivo: Rosimeire Aparecida Rodrigues Barbosa  
Origem: DF/Muriaé

**EMENTA**

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ARQUIVO ELETRÔNICO - FALTA DE ENTREGA - SINTEGRA.** Constatada a falta de entrega de arquivos eletrônicos referentes à totalidade das operações de entrada e de saída de mercadorias ou de bens e das aquisições e prestações de serviços realizadas, relativos à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais, conforme previsão nos arts. 10 e 11 do Anexo VII do RICMS/02. Exigência da Multa Isolada prevista no art. 54, inciso XXXIV, alínea “a”, da Lei nº 6.763/75.

**OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ARQUIVO ELETRÔNICO - ENTREGA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO - EFD.** Constatada a entrega em desacordo com a legislação, de arquivos eletrônicos referentes à totalidade das operações de entrada e de saída de mercadorias ou bens e das aquisições e prestações de serviços realizadas, relativos à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais, conforme previsão nos arts. 44, 46, 50 e 54, todos do Anexo VII do RICMS/02. Exigência da Multa Isolada prevista no art. 54, inciso XXXIV, alínea “a” da Lei nº 6.763/75.

Lançamento procedente. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

A autuação versa sobre a falta de entrega e da entrega em desacordo com a legislação, de arquivos eletrônicos relativos à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais, infringindo determinações previstas nos arts. 10, caput e § 5º, e 11, caput e § 1º e arts. 44, 46, 50 e 54, todos do Anexo VII do RICMS/02.

De acordo com o documento “Anexo 1 - Contagem de Tipo de Registro dos arquivos transmitidos no período fiscalizado - Arquivo Sintegra”, acostado pela Fiscalização às págs. 11/12, verifica-se que não consta a entrega pela Impugnate, dos arquivos eletrônicos Sintegra dos meses novembro de 2020, fevereiro e julho de 2021.

E conforme “Anexo 2 - Contagem de Tipo de Registro dos arquivos Sped transmitidos durante período fiscalizado” (págs. 13/14), a Autuada entregou os arquivos eletrônicos Sped, relativos aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, em desacordo com a legislação vigente, tendo em vista que não continham os registros tipo 0200 e C170.

Ademais, o arquivo do mês de setembro de 2021 não continha os registros tipo C100 e C190.

Exige-se a Multa Isolada capitulada no art. 54, inciso XXXIV, alínea “a” da Lei nº 6.763/75.

### **Da Impugnação**

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente e por procuradora regularmente constituída, Impugnação às págs. 19/28, com os seguintes argumentos, em síntese:

- informa que é contribuinte enquadrado no regime de tributação do Simples Nacional no período autuado e que só a partir de 01/09/21 passou para o regime débito/crédito (D/C);

- cita como supostas irregularidades arquivos eletrônicos solicitados no Auto de Início de Ação Fiscal nº 10.000047708-19, bem como dados do Anexo 1 e 2 do e-PTA;

- ressalta que o objeto social da empresa é do CNAE 4751-2/01;

- acrescenta que suas operações da empresa tem o objetivo de reduzir impactos significativos ao meio ambiente – recebendo sucatas de informática e restaurando-as;

- relata que o recebimento dos produtos adquiridos se dá mediante doação de pessoa física e jurídica, compra em leilões, empresa de reciclagem e ainda por intermédio de permutas com outras empresas;

- acrescenta que enfrenta problemas com doações de pessoas físicas que não emitem documento fiscal e se recusam de fazer o recibo de doação;

- aponta preocupação com a lisura e assevera que não há o que se retificar nos arquivos já transmitidos;

- entende que a multa isolada aplicada apresenta caráter confiscatório e exigida com abuso de poder, e para corroborar seu entendimento cita os arts. 2º e 4º do Código de Defesa do Contribuinte, art. 145, § 1º e art. 150, inciso IV, ambos da Constituição da República de 1988 – CR/88 e Agravo de Instrumento-CV 1.0000.0000-00/001 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais -TJMG, da 3ª Câmara Cível, julgamento em 02/06/22 e súmula em 06/06/22;

- cita as alterações contratuais ocorridas no estabelecimento autuado;

- argui que o representante legal da empresa pode ser responsabilizado em razão de prática de ato com abuso de poder, infração à lei, contrato social ou estatutos, mas não é o caso do presente Auto de Infração e seria necessário provar que ocorreram as situações cogitadas no art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional - CTN, tendo apenas o simples inadimplemento das obrigações tributárias;

- menciona jurisprudência e a Súmula nº 430 do Supremo Tribunal Federal – STF;

- conclui que para a responsabilização dos sócios é indispensável que tenha agido com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou ao estatuto da empresa;

- aduz que ficou demonstrada a insubsistência e improcedência da ação fiscal;

- requer o reconhecimento da ilegitimidade da responsabilidade dos sócios, o cancelamento do crédito tributário ou a consideração dos Sped lançados e revisão/redução da multa isolada.

Pede a procedência da impugnação.

A Fiscalização manifesta-se às págs. 75/78, refuta as alegações da Defesa e pugna pela procedência do lançamento.

---

**DECISÃO**

Conforme relatado, a autuação versa sobre a falta de entrega e da entrega em desacordo com a legislação, de arquivos eletrônicos relativos à emissão de documentos fiscais e à escrituração de livros fiscais, infringindo determinações previstas nos arts. 10, caput e § 5º, e 11, caput e § 1º e arts. 44, 46, 50 e 54, todos do Anexo VII do RICMS/02.

De acordo com o documento “Anexo 1 - Contagem de Tipo de Registro dos arquivos transmitidos no período fiscalizado - Arquivo Sintegra”, acostado pela Fiscalização às págs. 11/12, verifica-se que não consta a entrega pela Impugnate, dos arquivos eletrônicos Sintegra dos meses novembro de 2020, fevereiro e julho de 2021.

E conforme “Anexo 2 - Contagem de Tipo de Registro dos arquivos Sped transmitidos durante período fiscalizado” (págs. 13/14), a Autuada entregou os arquivos eletrônicos Sped, relativos aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, em desacordo com a legislação vigente, tendo em vista que não continham os registros tipo 0200 e C170.

Ademais, o arquivo do mês de setembro de 2021 não continha os registros tipo C100 e C190.

Exige-se a Multa Isolada capitulada no art. 54, inciso XXXIV, alínea “a” da Lei nº 6.763/75.

A Contribuinte esteve no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional até 31/08/21 e, a partir daí, no regime de débito/crédito (D/C).

Entregou arquivos Sintegra até agosto de 2021 e arquivos Sped a partir de setembro do mesmo ano.

Relativamente à matéria, qual seja, obrigações do contribuinte do ICMS, estabelece a Lei nº 6.763/75, nos incisos II e XIII do art. 16, ser obrigação manter livros fiscais devidamente registrados na repartição fazendária, bem como os

## CONSELHO DE CONTRIBUENTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

documentos fiscais e arquivos com registros eletrônicos, na forma e no prazo previstos na legislação tributária e cumprir todas as exigências fiscais previstas. Examine-se:

Lei nº 6.763/75

Art. 16. São obrigações do contribuinte:

(...)

II - manter livros fiscais devidamente registrados na repartição fazendária, bem como os documentos fiscais e arquivos com registros eletrônicos, na forma e no prazo previstos na legislação tributária;

(...)

XIII - cumprir todas as exigências fiscais previstas na legislação tributária;

(...)

Quanto à autorização para emissão de documentos fiscais e escrituração de livros fiscais por processamento eletrônico de dados, o Regulamento de ICMS de Minas Gerais de 2002, vigente a época do período fiscalizado, em seu Anexo VII, determina as normas e condições para emissão de documentos fiscais e escrituração de livros fiscais por sistema de Processamento Eletrônico de Dados (PED).

Tais normas são de observância obrigatória pelo contribuinte, até mesmo os optantes pelo Simples Nacional que, por meio de equipamento que utilize ou tenha condição de utilizar arquivo eletrônico emita um ou mais documentos fiscais, escreva um ou mais livros fiscais ou que emita e escreva um ou mais documentos e livros fiscais, aplicando-se inclusive à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55.

Nos termos do art. 10, do mesmo Anexo do RICMS/02, os contribuintes optantes pelo Simples Nacional devem manter arquivo eletrônico referente à totalidade das operações de entrada e de saída de mercadorias ou bens e das aquisições e prestações de serviços realizadas no período de apuração, contendo o registro fiscal dos documentos recebidos e emitidos.

O arquivo eletrônico será mantido por totais de documento fiscal e por item de mercadoria (classificação fiscal), quando se tratar de Nota Fiscal, modelos 1 e 1-A, cupom fiscal (na hipótese do subitem 16.5.1.1 da Parte 2 deste Anexo) e Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55.

Ademais, verifica-se que constam arquivos eletrônicos (Sintegra) transmitidos a partir de novembro de 2019, sendo que não constam os dos meses novembro de 2020, fevereiro e julho de 2021.

Já os arquivos Sped dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, foram transmitidos incompletos, pois não apresentaram os registros obrigatórios tipo 0200 (tabela de identificação do item) e C170 (itens do documento fiscal), sendo que os do mês de setembro de 2021 não continham também os registros tipo C100 e C190 (registro analítico do documento fiscal).

A infração descrita neste Auto de Infração é formal e objetiva.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Portanto, havendo o resultado previsto na descrição normativa, qualquer que seja a motivação ou ânimo do agente, tem-se por configurado o ilícito, nos termos do art. 136 do Código Tributário Nacional – CTN, que prescreve que a intenção do agente é irrelevante para a tipificação do ilícito fiscal:

### CTN

Art. 136. Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Insta observar que os arquivos eletrônicos transmitidos por contribuintes, desde que consistentes, permitem à Fiscalização realizar auditorias fiscais e/ou contábeis com maior eficiência, sem a necessidade de manusear volumes excessivos de livros e documentos fiscais.

Ressalta-se que, tratando-se de matéria tributária, o ilícito tipificado na legislação pode advir de descumprimento de obrigação principal, tal como a falta de pagamento do tributo, ou de descumprimento de obrigação acessória, como o não atendimento a deveres instrumentais ou formais. É exatamente esta segunda hipótese de que ora se trata. Entretanto, em qualquer das hipóteses, verifica-se a não prestação de uma obrigação imposta pela lei ou legislação tributária.

Assim, caracterizada a infração apontada pela Fiscalização, encontra-se correta a exigência, por período, da penalidade capitulada no art. 54, inciso XXXIV, alínea “a” da Lei nº 6.763/75, *in verbis*:

Art. 54 - As multas para as quais se adotará o critério a que se refere o inciso I do caput do art. 53 desta Lei são as seguintes:

(...)

XXXIV - por deixar de entregar, entregar em desacordo com a legislação tributária ou em desacordo com a intimação do Fisco ou por deixar de manter ou manter em desacordo com a legislação tributária arquivos eletrônicos referentes à emissão de documentos fiscais, à escrituração de livros fiscais ou à Escrituração Fiscal Digital:

a) 3.000 (três mil) Ufemgs por período de apuração, independentemente de intimação do Fisco;

A Impugnante pugna pelo reconhecimento da ilegitimidade da responsabilização dos sócios.

Entretanto, conforme esclarece a Fiscalização, não há que se falar em ilegitimidade da responsabilização dos sócios, pois não foram incluídos no polo passivo no presente e-PTA.

Registra-se, por oportuno, que as alterações contratuais foram apenas citadas pelo Fisco, conforme item “11” do Relatório Fiscal às págs. 09/10.

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Quanto às assertivas de ilegalidade e inconstitucionalidade trazidas pela Defesa, inclusive quanto ao pretense efeito confiscatório da multa, cumpre registrar que não cabe ao Conselho de Contribuintes negar aplicação a dispositivos de lei, por força de sua limitação de competência constante do art. 182 da Lei nº 6.763/75 (e art. 110, inciso I do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos – RPTA), *in verbis*:

Art. 182. Não se incluem na competência do órgão julgador:

I - a declaração de inconstitucionalidade ou a negativa de aplicação de ato normativo, inclusive em relação à consulta a que for atribuído este efeito pelo Secretário de Estado de Fazenda, nos termos do § 2º do art. 146;

(...)

Diante do exposto, ACORDA a 3ª Câmara de Julgamento do CCMG, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além das signatárias, os Conselheiros Edwaldo Pereira de Salles (Revisor) e Paola Juracy Cabral Soares.

**Sala das Sessões, 19 de março de 2024.**

**Flávia Sales Campos Vale  
Relatora**

**Cindy Andrade Morais  
Presidente**

CSP